



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 DE JUNHO DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Presentes os Vereadores Arselino Tatto e Rubinho Nunes.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública do ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline, e também pelo YouTube, no canal TV Câmara São Paulo, e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 20 de junho nos jornais *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e também podem ser feitas neste momento, junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência: Sra. Elisabete França; Sr. Pedro Martin Fernandes; Sr. Milton Vieira Pinto; Sr. Alexandre Modonezi de Andrade; Sr. Rodrigo Ravena; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça; Dr. Fernando José Martins, Procurador Geral do Ministério Público; Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral, os Vereadores da Câmara Municipal e o público em geral.

Passemos à pauta. Esta é a segunda audiência pública ao PL 445/24.

PL 445/2024, Executivo. Ricardo Nunes. Altera a Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana do Setor Central, PIU-SCE, institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do setor central, AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para o território, define o Programa de Intervenções, PIU-SCE, e revoga a Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997, e dá outras providências.

As pessoas podem fazer inscrições enquanto isso, mas compete esclarecer que, especificamente ao projeto em apreço nesta audiência pública, o PIU Central, o objetivo é justamente um pequeno ajuste técnico de texto no PIU Central para adequá-lo, de maneira mais simbiótica, ao conceito do projeto. Pura e simplesmente este ajuste.

Eu vou pedir para a assessoria já passar os inscritos para mim, para eu dar início aos oradores, e, aí, caso alguém queira se inscrever, ficam abertas as inscrições, como sempre, pelos primeiros 15 minutos da audiência pública.

Vou começar pela Sra. Dafne Sena, da Bancada Feminista. Obrigado, Sra. Dafne.

A SRA. DAFNE SENA – Bom dia, gente. Sou a Dafne Sena, sou da Bancada Feminista.

Sobre este projeto de alteração do PIU Central. É muito importante a gente deixar algo claro. São pequenos, entre aspas, ajustes técnicos para uma obra gigantesca que se pretende na Liberdade. Uma esplanada que ignora completamente o arcabouço cultural que a gente, nosso mandato e o PSOL, vem tentando fortalecer aqui na Câmara, nesta legislatura, que é a cultura negra que o bairro da Liberdade também carrega.

Essa esplanada, que está sendo proposta, não é um pequeno ajuste, é algo gigantesco, que faz parte do grande projeto desta gestão, chamada Requalifica Centro, que tem muitas questões. Uma delas é justamente isso.

Nós vamos gastar bilhões de reais com este projeto, em uma área de extrema vulnerabilidade social, onde a gente tem de falar com urgência de habitação. Muitos discursos inflamados aqui, nesta Casa, em relação aos problemas do Centro, nenhum deles trazendo a solução para a habitação no Centro. Nós vamos gastar muito dinheiro, nós vamos gerar diversas questões ambientais e sociais com essa obra e vamos continuar deixando o problema central de habitação no Centro desatendido. É isso que esse PL se propõe. O próprio PIU Centro aprovado por esta Casa é um dos PIUs mais predatórios que a gente pode falar em termos de construção civil aqui na cidade. Esse projeto não corrige nenhuma dessas questões.

E é por isso que toda a Bancada do PSOL é contrária a esse projeto e gostaria muito de ver que algo melhorasse nele. Gostaria muito de ver alguma solução mínima que fosse para as reais questões sociais que assolam o Centro de São Paulo, que não vão ser resolvidas com uma esplanada e, como eles colocam na justificativa do projeto, um equipamento público de proveito social. A gente sabe que, logo, logo, quando a população realmente resolver aproveitar

esse equipamento público, ele será cercado e ninguém mais poderá usar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sra. Dafne.

Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA - Bom dia a todos. Eu gostaria de começar a minha fala perguntando para o Vereador Rubinho Nunes. Rubinho, tudo bem? Eu vou te fazer uma pergunta. Rubinho, o que a Casa entende sobre as mudanças climáticas? Entende que, se está em curso, acredita nisso? O que a Casa pensa? O que você pensa? Desculpa perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Eu não posso falar pela Casa, mas qualquer pessoa que abre o jornal sabe o que está acontecendo. Só a gente ver o Pantanal, 400% a mais de foco de incêndio no último ano.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA - Rio Grande do Sul, como a Bíblia, choveu 40 dias e 40 noites. Eu achei que fosse uma metáfora da Arca de Noé. Não, é brincadeira, é só um comparativo.

Então, por que eu estou aqui no PIU Central? Duas razões. Primeiro, a quadra 32 do setor 38 está na parte expandida do PIU Central. Então, pelo que eu vi no mapa e nas alterações, parece que não tem nada para mexer ali. Mas, se tiver, eu gostaria de alertar que o relevo, a água que corre ali, as ruas estreitas permanecem. Então, elas, pelo PDE e pela Lei de Zoneamento, precisam ser respeitadas. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto do PIU Central, eu não sei, tecnicamente, parece que um dos artigos está prevendo, não sei se é remoção de árvore, ou menos plantio, ou tira os plantios de árvores. Eu vim sem ele no papel. Eu não sei mexer direito no celular. Então, por que eu falei das mudanças, das alterações climáticas? Porque cada árvore é importante, cada curso de rio é importante. Nós não sabemos o que vem por aí, que trem vai passar, se é o trem da seca, se é o trem da inundação. E as margens do Tamanduateí, que estão englobadas pelo PIU Central precisam ser protegidas. A área do Mercado precisa ser protegida. Eu acho que a gente precisa

REUNIÃO: 20763 DATA: 27/06/2024 FL: 4 DE 7

começar a pensar a cidade e o ordenamento das obras e da ocupação do território, principalmente no entorno de onde tem água, com mais cuidado. É rever tudo o que está... rever o nosso modo velho de pensar e começar a pensar que pode acontecer aqui também.

Então, falando dessa parte construtiva do PIU Central, eu acho que nós precisamos rever, na hora de implementar políticas, de executar obras; se essas obras vão afetar a parte de drenagem e também a parte de infiltração de água, para que possamos garantir um aquífero sadio, potável, já que não sabemos o que vem por aí, nem quanto de água vamos ter para a população. Vai precisar distribuir e ainda dividir com o pessoal do PCJ, com as cidades do interior também.

Muito obrigada.

Um bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosalia. A senhora pode ficar tranquila, porque o projeto é só um reajuste de texto, não vai mexer em mapa nenhum.

Registro a presença do Vereador Fabio Riva.

Tem a palavra o Sr. Luiz Castro.

O SR. LUIZ CASTRO – Obrigado pela oportunidade. Sobre a questão do PIU Central, é interessante quando se fala da questão do incentivo à habitação, que eu acredito ser o grande objetivo, porque hoje o principal problema do Centro são as pessoas que não têm onde morar. São as pessoas em estado de vulnerabilidade, em estado de drogadição.

Então, como a cidade pode acolher essas pessoas, para que elas tenham interesse na moradia, porque o mais difícil de tudo hoje, no Centro da cidade de São Paulo, é tirar as ruas das pessoas. A maioria delas não tem interesse em voltar à sociedade.

Esse é um trabalho que nós temos buscado contribuir, não é de hoje. Nós conseguimos, inclusive, a isenção do IPTU na região da cracolândia, que foi um “cala a boca” na sociedade, para 1.500 imóveis, cujos donos não estavam conseguindo ter o direito de exercer a sua moradia, nem de chegar aos seus estabelecimentos.

Falar de intervenção urbana é falar de pessoas, acima de tudo. Essa é a prioridade.

REUNIÃO: 20763 DATA: 27/06/2024 FL: 5 DE 7

Então, como nós podemos resolver essa questão das pessoas? Como podemos dar qualidade mental para as pessoas? Eu acho que isso que tem que estar em primeiro lugar.

O Centro tem grandes edificações, tem espaços vazios, tem locais de fácil acolhimento. E não vejo que seja difícil resolver as questões dos prédios que estão, muitas vezes, abandonados, com grandes dívidas de IPTU. Difícil é fazer com que as pessoas não desejem mais as ruas como um lar.

Um ponto de reflexão que eu queria trazer é que serão gastos aproximadamente R\$ 5 bilhões, com a vinda do Palácio do Governo para a região central de São Paulo. E para onde irão as pessoas que estão hoje naquele terreno, na Praça Princesa Isabel? O projeto não contempla essas pessoas.

Eu tenho conversado com presidentes do Conseg, que são sete só na região central, para criarem uma comissão dos Consegs da região do Centro. Por que tem que criar? Porque haverá um espalhamento das pessoas, porque o projeto não acolhe, o projeto não dá direcionamento; as pessoas dos bairros adjacentes, muitos dos quais, inclusive, estão nessa região do PIU, vão migrar para essas regiões. Então, de alguma forma, isso acolhe...

Eu queria poder, Vereador, criar condição de que o projeto seja discutido, para que tenha o acolhimento das pessoas em estado de vulnerabilidade e drogadição do centro, porque isso não está previsto, nenhum projeto está acolhendo isso.

Os Consegs, como você bem sabe, têm uma proximidade ímpar: eles fazem interlocução entre os munícipes e o Poder Público. Eles têm que participar desse desenvolvimento desse projeto, porque a preocupação não é a obra em si, mas para onde as pessoas serão encaminhadas – porque não tem previsão. E se for feito um cálculo, cinco bilhões de reais *versus* a quantidade de pessoas que hoje estão no centro em estado de vulnerabilidade, se for feita a conta *per capita*, eu tenho certeza de que “resolvemos as pessoas” sem termos que fazer a obra.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Luiz, parabéns.

Eu faço essa conta em quase toda a reunião que eu tenho, porque esse cálculo *per capita* ninguém faz. Se considerarmos, inclusive, os números que a Oposição divulga – tomando eles como base, que é um número maior –, ainda assim, o valor *per capita* é muito maior que a renda de muita família, se considerarmos por mês. Na minha leitura, se fosse mais bem utilizado para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade, e, em especial, as pessoas em situação de drogadição... Eu não digo que resolveríamos o problema, porque eu sei que a droga é uma doença muito grande que aflige muitas pessoas, e não existe uma fórmula mágica para cura, mas, com certeza, muitas vidas seriam salvas. E aí vem a minha maior crítica, e, talvez, uma das minhas maiores frustrações: temos um gasto absurdo em assistência social. É muito dinheiro investido. É um investimento pesado: dois bilhões. São 52 mil pessoas em situação de rua, se não me engano, que eles falam de pessoas em situação de rua. Estamos falando de quatro mil reais por mês por mês. É por isso que a CPI das ONGs que eu tentei emplacar na Câmara é tão importante, porque aquilo é um ralo de dinheiro público que não atinge a pessoa que precisa ser atingida, que é justamente o vulnerável. As pessoas continuam ali porque é uma máfia que explora a miséria dessas pessoas. Concorde 200% com tudo que o senhor falou. Obrigado.

Registro a presença do nobre Vereador Rodrigo Goulart.

Não havendo mais inscritos, e nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Mas gostaria de convidar todos, e, mais uma vez, registrar publicamente, para as audiências públicas da próxima segunda-feira, dia 1º de julho, que eu vou tomar o cuidado de lê-las: a primeira, às 10 horas da manhã, o PL 399/2024, ajuste na revisão da Lei de Zoneamento; às 11 horas da manhã, PL 400/24, Operação Urbana Água Espreada; às 12 horas, PL 444/24, PIU Jurubatuba. Aí tem um tempo para o almoço. Às 14 horas, PL 445/24, PIU Central; às 15 horas, PL 28/22, Operação Faria Lima/Complexo Paraisópolis; e, às 16 horas, PL 222/24, Parque do Rio Bixiga. Todas as audiências estão disponíveis no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/blog/cmsp. Serão audiências devolutivas sobre projetos urbanísticos.

Muito obrigado a todos. Tenham todos uma ótima tarde.